

# O reflexo das rivalidades luso-castelhanas no espaço Raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa.

## 1. ENTRADA DAS PRAÇAS NA COROA PORTUGUESA

Afonso Henriques ocupou Beja, em 2 de Dezembro de 1161, Evora em Setembro ou Outubro de 1165 e, inflectindo para nordeste, apoderou-se de Cáceres em Dezembro de 1165 ou Janeiro do ano seguinte (1). Aproveitando as desavenças entre Fernando II de Leão e os tutores de Afonso VIII de Castela, continuou a tarefa de alargamento do território portugalense, pois que o Tratado de Sahagún (22 de Maio de 1158) tinha perdido a sua eficácia. Em Março ou Abril de 1166, atravessou o Guadiana e conquistou Moura, Serpa e Alconchel (2). Este facto contraria a tese defendida por Herculano de que o monarca português teria acordado com Fernando II de Leão em Celanova (1160) a delimitação da linha de actuação dos dois monarcas pelo Guadiana (3).

Segundo Frei António Brandão, a conquista de Moura assemelhou-se à de Evora, já que ambas teriam sido conquistadas mercê da actuação de particulares em fossado. Alguns nobres de apelido Moura, donde teria resultado o topónimo desta povoação, tomaram-na através de uma artimanha contra a alcaidessa Saluquia, quando aguardava no seu castelo a chegada de Frabame, senhor de Aroche, para a consumação dos sponsais entre os dois caudilhos locais (4).

A crónica do primeiro monarca português é omissa quanto à hipótese deste ter investido sobre Olivença. Tentando colmatar esta lacuna, surgiram duas teses quanto à conquista inicial de Olivença ao Islão. Sintetizando tais teorias, escreve Afonso Franco Silva:

"La historiografía lusitana defiende la tesis de que la villa fue una fundación de templarios portugueses, llevada a cabo entre 1228 y 1245, y que antaño ya



habían sido conquistadas sus tierras por el primer rey portugués Alfonso Henriquez. Esta es la opinión, entre otros, de V. Ledesma Abrantes, R. Rosa y Alberty y F. José de Oliveira.

Por su parte los historiadores españoles —Jesús Rincón y E. Rodríguez Amaya— creen que el territorio en el que más tarde surgiría Olivenza fue conquistado por Templarios al servicio del rey de León Alfonso IX y que éstos lo habían puesto bajo la soberanía de Castilla tras la unión de los dos reinos." (5).

Após vinte e sete anos de tréguas entre o reino de Portugal e Leão (1140-1167), no momento em que o casamento de D. Urraca, filha do monarca português, com Fernando II de Leão parecia vir cimentar o clima de paz entre os dois reinos vizinhos, eis que surgiram adversidades entre ambos. Incurções dos habitantes de Ciudad Rodrigo sobre os territórios portugueses foram uma das causas das desavenças entre os dois soberanos e que cada vez se agudizaram mais, para terem o seu epílogo no confronto de Badajoz. O genro de Afonso Henriques não teve preconceitos do foro jurídico-moral para aliar-se com o emir muçulmano desta cidade, pois que alegava o incumprimento por parte do monarca português das cláusulas acordadas entre os dois reis cristãos em Celanova. Afonso Henriques foi feito prisioneiro e, em troca da sua libertação, entregou diversas praças que havia tomado na Galiza.

Este desastre incapacitou-o para a campanha guerreira contra o Islão, pelo que em 15 de Agosto de 1170 armou cavaleiro seu filho Sancho, passando a corresponsabilizá-lo na administração do reino e conquistas de novos espaços (6). Pelo contrário, os muçulmanos conseguiram ultrapassar as rivalidades locais e viviam uma nova fase de reorganização e avanço para Norte sob o impulso almohada, a partir de 1170. Todas as praças da zona caíram em poder dos adeptos de Maomé. A investida não cessou e, perante o perigo que o opositor simbolizava, os reis cristãos da Península uniram-se e conseguiram desbaratar o califa Ibn'Abd Allah Muhammad em 1212 em Navas de Tolosa. Após este insucesso, as taifas começaram a autonomizarem-se e, aproveitando a derrota e a desunião que o império muçulmano sofria, Fernando III de Castela rompeu o Tratado de Tréguas assinado em 1221, cercando Quesada em Setembro de 1224. Idêntico gesto tomou Afonso IX de Leão ao investir sobre a zona da actual Estremadura espanhola.

Sancho II de Portugal, aproveitando o desgaste provocado no Islão





MAPA I - Portugal em 1147



pelas investidas de Castela e Leão, procurou recuperar os territórios perdidos anteriormente para os seguidores de Alá. Foi dentro deste contexto que, após a conquista de Elvas em Julho de 1226, e com o intuito de "impedir a ajuda dos castelos mouros situados aquém do Guadiana aos seus irmãos da Estremadura espanhola" (7) e de se impor nas zonas de fricção entre dois centros polarizadores de então —Beja/Sevilha (8)—, não parou. Em 1232 tinha conquistado Serpa e Moura (9), pois que Afonso IX de Leão tinha tomado Mérida e Badajoz em 1230.

Serpa, pouco tempo após a sua conquista, foi doada pelo monarca português a seu irmão D. Fernando que, em 1235, "reconhece no seu castelo de Serpa e seu termo por seu verdadeiro prelado ao bispo de Évora, D. Fernando, e manda que ao dito bispo e cabido da dita cidade se pague a terca pontifical e todos os direitos episcopais das igrejas da dita vila e seu termo" (10). Após a morte de D. Fernando, sua viúva doou-a à Ordem dos Hospitalários (11). Este acto, foi profundo de significado pois que se, por um lado, significou gratidão à ordem do Hospital pelo contributo prestado na reconquista desta zona, por outro, pode ser entendido como afastamento da ordem de Santiago de uma zona de tensão entre os dois reinos (12).

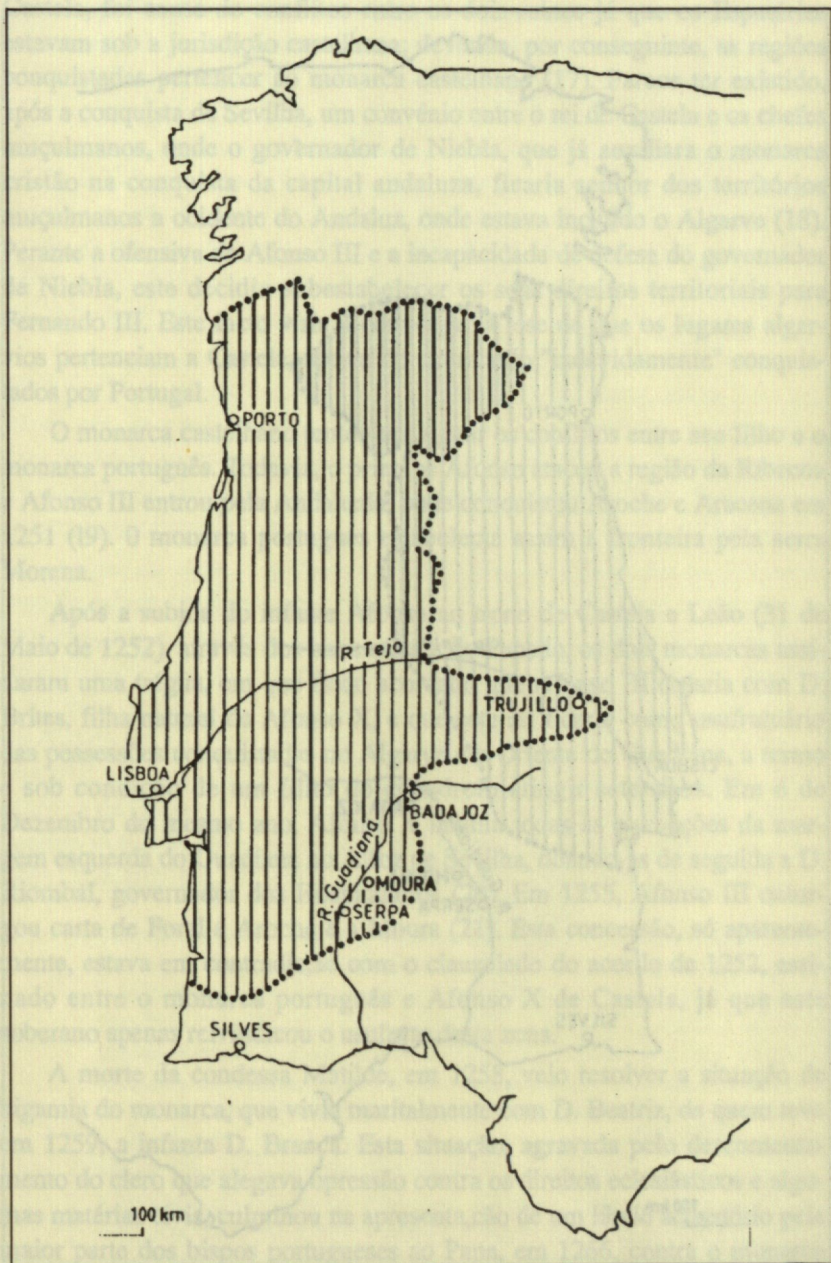
Em 1248, os hospitalários reconheceram a autoridade do Prelado eboense em Moura e Serpa (13). A colocação de Moura e Serpa, na dependência espiritual dos Bispo de Evora, significou o afastamento do Bispo de Sevilha e da hipótese de virem a depender do responsável da diocese de Badajoz. A força de atracção imposta pela margem direita, cujo centro passava a ser desempenhado por Évora, continuaria a atrair estas povoações da outra margem do Guadiana (14), já que Mourão pertencia ao termo de Moura, como se verifica por documento posterior, datado de 1298:

"(...) pela qual o dito Sr. Rei deo a huma D. Tareia Gil, para todos os dias de sua vida, a *Vila de Mourõ que he termho de Moura (...)*" (15).

Em 1246, Sancho II solicitou o apoio do filho de Fernando III (futuro Afonso X). Este facto veio agravar as tensões internas, tendo Castela invadido Portugal em princípios de 1247, pela fronteira de Ribacoa. Faced ameaça dos apoiantes de Sancho II, as concessões do Bolonhes levaram Afonso X a retirar-se para Castela, conjuntamente com aquele monarca português que veio a falecer, em 4 de Janeiro de 1248, em Toledo (16).

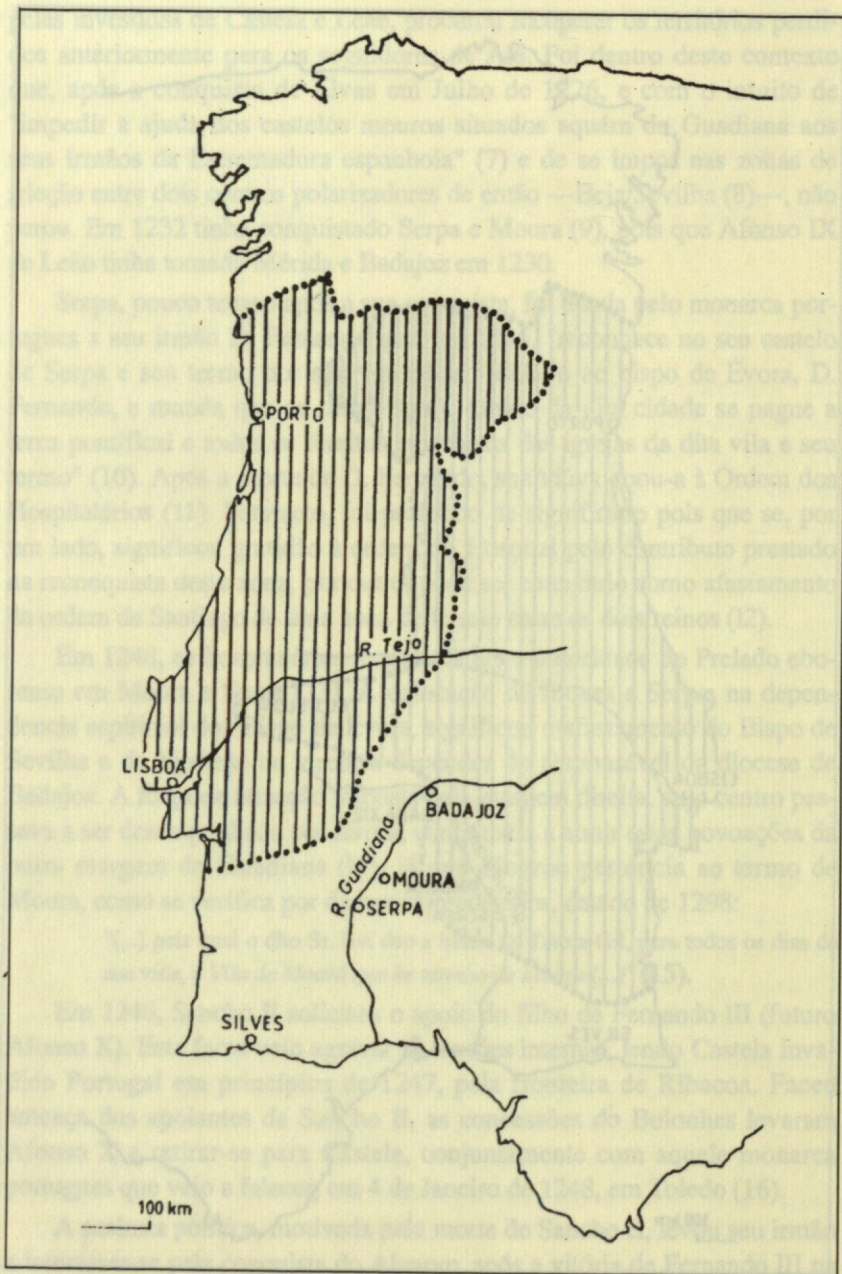
A acalmia política, motivada pela morte de Sancho II, levou seu irmão a interessar-se pela conquista do Algarve, após a vitória de Fernando III na Andaluzia. A participação da ordem de Santiago, ainda dependente de





MAPA II - Portugal em 1168 (antes do cerco de Badajoz)





MAPA III - Portugal em 1223



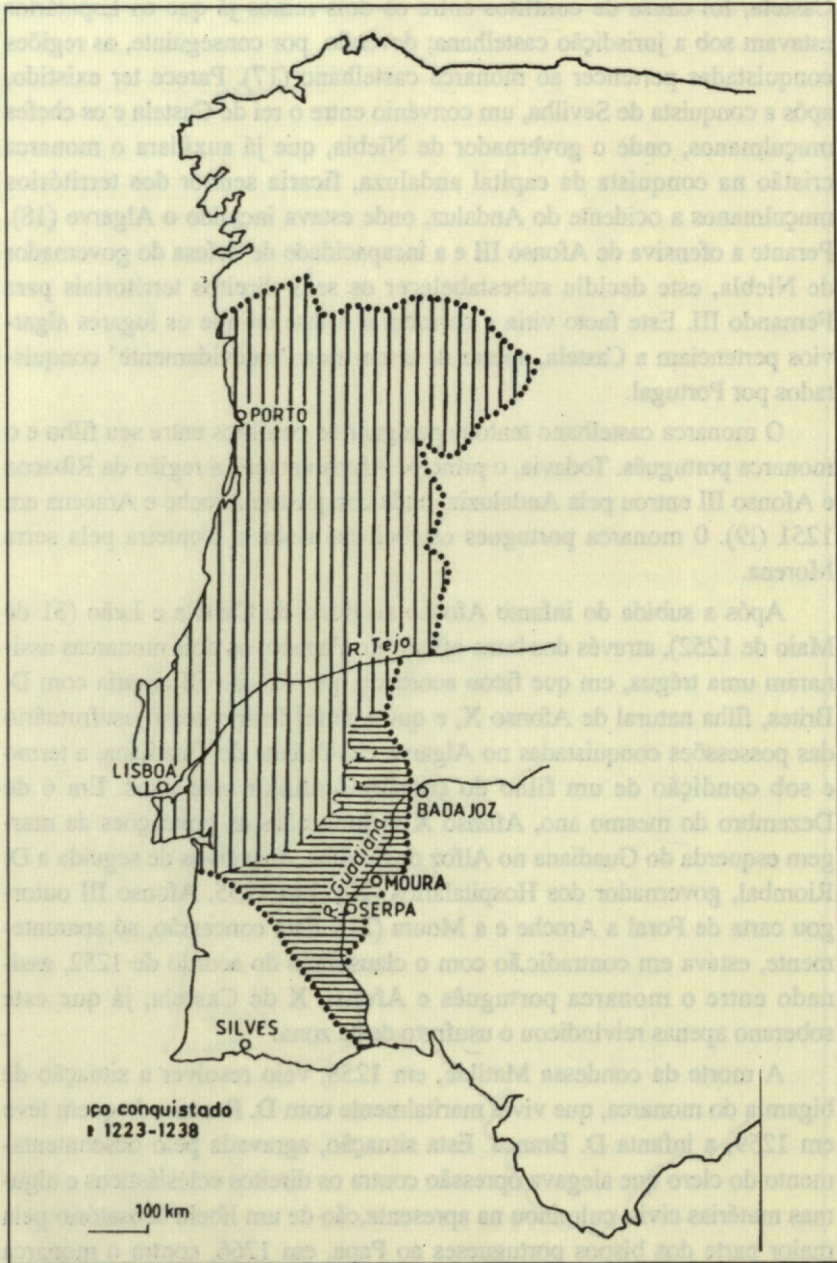
Castela, foi causa de conflitos entre os dois reinos já que os Espatários estavam sob a jurisdição castelhana; devendo, por conseguinte, as regiões conquistadas pertencer ao monarca castelhano (17). Parece ter existido, após a conquista de Sevilha, um convénio entre o rei de Castela e os chefes muçulmanos, onde o governador de Niebla, que já auxiliara o monarca cristão na conquista da capital andaluza, ficaria senhor dos territórios muçulmanos a ocidente do Andaluz, onde estava incluído o Algarve (18). Perante a ofensiva de Afonso III e a incapacidade de defesa do governador de Niebla, este decidiu subestabelecer os seus direitos territoriais para Fernando III. Este facto viria a corroborar a tese de que os lugares algarvios pertenciam a Castela, apesar de terem sido "indevidamente" conquistados por Portugal.

O monarca castelhano tentou apaziguar os conflitos entre seu filho e o monarca português. Todavia, o príncipe Afonso atacou a região da Ribacoa e Afonso III entrou pela Andaluzia, onde conquistou Aroche e Aracena em 1251 (19). O monarca português estabelecia assim a fronteira pela serra Morena.

Após a subida do infante Afonso ao trono de Castela e Leão (31 de Maio de 1252), através dos bons ofícios do Papado, os dois monarcas assinaram uma trégua, em que ficou acordado que Afonso III casaria com D. Brites, filha natural de Afonso X, e que este rei ficaria como usufrutuário das possessões conquistadas no Algarve e a Oriente do Guadiana, a termo e sob condição de um filho do consórcio atingir sete anos. Em 6 de Dezembro do mesmo ano, Afonso X incluiu todas as povoações da margem esquerda do Guadiana no Alfoz de Sevilha, doando-as de seguida a D. Riombal, governador dos Hospitalários (20). Em 1255, Afonso III outorgou carta de Foral a Aroche e a Moura (21). Esta concessão, só aparentemente, estava em contradicção com o clausulado do acordo de 1252, assinado entre o monarca português e Afonso X de Castela, já que este soberano apenas reivindicou o usufruto desta zona.

A morte da condessa Matilde, em 1258, veio resolver a situação de bigamia do monarca, que vivia maritalmente com D. Beatriz, de quem teve em 1259, a infanta D. Branca. Esta situação, agravada pelo descontentamento do clero que alegava opressão contra os direitos eclesiásticos e algumas matérias civis, culminou na apresentação de um libelo acusatório pela maior parte dos bispos portugueses ao Papa, em 1266, contra o monarca português (22).





MAPA IV - Portugal em 1238



A agudização das tensões internas, o levantamento de algumas populações muçulmanas já submetidas ao reino cristão de Leão e Castela, e a nova realidade da família real portuguesa, que já tinha visto nascer um filho varão (príncipe Dinis, em 9 Outubro 1261), levaram a que os dois soberanos procurassem pôr fim às suas hostilidades. Assim, num diploma de 20 de Setembro de 1264, lavrado em Sevilha, Afonso de Castela "outorgava ao rei de Portugal o direito de livremente repartir e trocar todos os herdamentos do Algarve, de conceder foros às populações respectivas como muito bem o entendesse, de dispor a seu alvedrio das doações que ele, Afonso X, até aí fizera (...) (23).

O clima de reconhecimento mútuo continuou, e em 16 de Fevereiro de 1267, os dois soberanos assinaram o Tratado de Badajoz, onde, pela primeira vez, se estabeleceu a linha fronteira pelo Guadiana, transitando a área incluída no triângulo Mourão-Noudar-Pomarão para Castela, excepto os direitos de que a Sé de Évora fosse detentora na altura. Este tratado mostra com nitidez o interesse de apoderamento desta zona por Castela.

Apesar da assinatura deste tratado, a dependencia destes territórios da área de influencia da margem direita do Guadiana continuou a verificar-se, pois que, passados alguns anos, o concelho de Evora continuou a regular as presurias efectuadas na outra margem (24). De modo a aumentar o domínio e controlo da zona, segundo cremos o monarca castelhano procedeu, em 10 de Agosto de 1271 em Murcia, ao escambo desta região com a ordem do Hospital, contrato que foi confirmado em 11 de Março de 1281 em Santo Estevão de Gomaz (25). Passado pouco tempo, em 4 de Março de 1283, o mesmo monarca doou as vilas de Moura, Serpa, Noudar e Mourão a sua filha D. Beatriz (ou, Brites) pelos motivos e nas condições assim descritas:

"Catando el grande amor, y verdadero que fallamos en nuestra fija la mucho honrada D. Beatriz por essa mesma gracia Reyna de Portugal, y del Algarbe, y la lealtad que siempre mostro cōtra nos, y de como nos fue obediente, y mandada en todas cosas como buena fija y leal deve ser aparte y señaladamente, porque a la sazón que los otros nuestros hijos, a la mayor partida de los homes de nuestra tierra se alçaron contra nos por cosas que le dixieron, y les fizieron entender como no eran, el qual alevantamiento fue contra Dios, y contra derecho, y contra razon, y contra fuero, y contra señorío natural. Y viendo ella esto, y conociendolo que ellos desconocieron desepararon hijos, y herdamentos, e todas las otras cosas que havia, y vino padecer aquello que nos padecemos, por a bivar y morir con nosco y como quier que ella merece todo aquiél bien que nos fazer le pudiessemos. Pero porque luego tan cumplidamente no lo podemos fazer como nos quieremos daquello que nos fincó y



tenemos en nuestro poder, damos le por heredad luego por en todos los dias de su vida las nuestras villas Mora, y Serpia, e Nodas, e Moron con sus castillos, e con todos los otros logares, que son sus terminos, assi como los nos agora avemos, que los aya ella con todas las rentas, y los derechos para servirse dello para toda la sua vida, y despues de su muerte, que finque a aquel que nos heredamos en el Reyno de Sevilla, e retenemos pera nos moneda, e justia, e jantar, e mineras, si las hi a, o las oviere daqui adelante." (26).

Pela leitura do documento, facilmente, nos apercebemos que Afonso X concedeu a sua filha o direito de exploração e usufruição dos rendimentos de acordo com os cânones medievais, reservando para si a titularidade da propriedade, e direitos sobre a justiça, moeda, minas e jantar. Mais uma vez, deparamos com outra prova de afirmação da titularidade de Castela sobre a região.

Afonso X faleceu em Sevilha em 1284 e, neste mesmo ano, seu filho Sancho IV que lhe sucedeu no trono, com o intuito de aumentar a influência castelhana, incentivou o povoamento de Serpa, por medida de 2 de Agosto, ao mesmo tempo que se esclareceu que a divisão entre os termos de Moura e Serpa era pelo rio Chança (27). O novo rei, que parece ter vivido o seu curto reinado sob o signo da maldição que o pai lhe rogara pouco tempo antes de falecer, preocupou-se de imediato em vincar a presença castelhana. Por carta lavrada em Burgos, em 15 de Março de 1285, confirmou o escambo efectuado por seu pai com os hospitalarios alguns anos antes, pelo qual a coroa recebera as vilas de Serpa, Moura, e Mourão (28). As preocupações de delimitar com rigor os dois reinos não terminaram e, em 1288, o "comércio fluvial que se exercia através do Guadiana, com particularidade para o comércio do trigo carregado em Serpa, sob o domínio castelhana, foi regulado" (29).

Os actos de afirmação da soberania castelhana continuaram durante o reinado de Sancho IV que, por carta de Burgos de 8 de Março de 1290, confirmou a aquisição que D. João Fernandes de Lima fez a Afonso Garcia de Soutomaior das azenhas do Porto de Moura, da azenha da Abobada e outros herdamentos na varzea do Ardila. Esta confirmação revela o interesse do monarca castelhana por colocar pessoas de sua confiança a controlar algumas importantes fontes de rendimento (30). Passados três anos, em 1293, o juiz de Badajoz, Lopes Piriz actuava em Moura e Serpa, tentando solucionar os litígios sobre os termos das propriedades (31).

No entanto, as rivalidades internas castelhanas reacenderam-se e D.



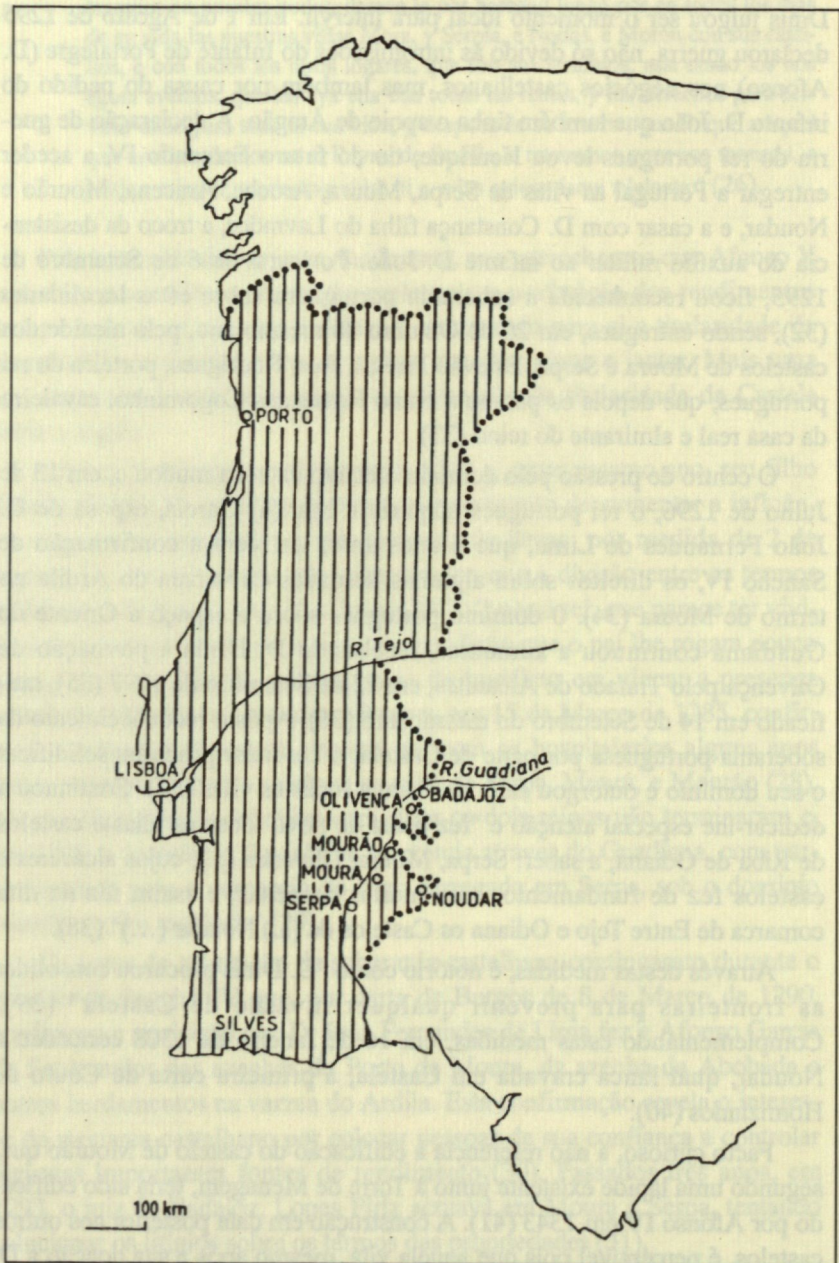
Dinis julgou ser o momento ideal para intervir. Em 1 de Agosto de 1295 declarou guerra, não só devido às intromissões do Infante de Portalegre (D. Afonso) nos negócios castelhanos, mas também por causa do pedido do infante D. João que também tinha o apoio de Aragão. A declaração de guerra do rei português levou Henrique, tio do futuro Fernando IV, a aceder entregar a Portugal as vilas de Serpa, Moura, Aroche, Aracena, Mourão e Noudar, e a casar com D. Constança filha do Lavrador, a troco da desistência do auxílio militar ao infante D. João. Por carta de 6 de Setembro de 1295, ficou reconhecida a soberania portuguesa sobre estas localidades (32), sendo entregues, em 20 de Outubro do mesmo ano, pelo alcaide dos castelos de Moura e Serpa, Estevão Pires, a João Rodrigues, porteiro do rei português, que depois os passou a Nuno Fernandes Cogominho, cavaleiro da casa real e almirante do reino (33).

O centro de pressão pelo domínio efectivo da zona mudou e, em 13 de Julho de 1296, o rei português adquiriu a Mari(a) Garcia, esposa de D. João Fernandes de Lima, que 6 anos antes obtivera a confirmação de Sancho IV, os direitos sobre algumas herdades da várzea do Ardila no termo de Moura (34). O domínio português sobre o espaço a Oriente do Guadiana continuou a aumentar, recebendo D. Dinis a povoação de Olivença pelo Tratado de Alcanites, em 12 de Setembro de 1297 (35), ratificado em 14 de Setembro do mesmo ano (36). Após o reconhecimento da soberania portuguesa por parte de Castela, o Lavrador procurou solidificar o seu domínio e outorgou carta de Foral a todas as vilas (37). Continuou a dedicar-lhe especial atenção e "fez quasi de novo todas as vilas e castelos de Riba de Odiana, a saber: Serpa, Moura, Olivenca (...), cujos alcáceres e castelos fez de fundamento, com muitas despesas; e assim fez na dita comarca de Entre Tejo e Odiana os Castelos de (...) Noudar (...)" (38).

Através destas medidas, é notório como "D. Dinis procurou consolidar as fronteiras para prevenir qualquer invasão de Castela" (39). Complementando estas medidas, em 16 de Janeiro de 1308 concedeu a Noudar, qual lanca cravada em Castela, a primeira carta de Couto de Homiziados (40).

Facto curioso, a não referencia à edificação do castelo de Mourão que, segundo uma lápide existente junto à Torre de Menagem, teria sido edificado por Afonso IV em 1343 (41). A construção em data posterior aos outros castelos, é perceptível pois que aquela vila, mesmo após a sua doação a D. Dinis continuou sob o poder de D. Teresa Gil, amante de Sancho IV de





MAPA V - Portugal em 1279, após o Tratado de Alcanices



Castela, de quem recebera o senhorio entre 1285-1288 e que D. Dinis confirmou em 1298 (42). Passados alguns anos sobre a morte de D. Teresa Gil, Mourão foi adquirido por D. Raimundo de Cardona, que recorreu ao empréstimo de 6.500 libras, cujo contrato de mútuo foi assinado em 19 de Abril de 1313, entre este nobre e D. Judas (43). Volvidos tres anos (1313) Raimundo de Cardona era ainda o "possuidor das dízimas de Mourão" (44). Por insolvencia do mutuário, a vila foi leiloada no alpendre de Santa Maria do Tojal em 19 de Abril de 1317, sendo arrematada pelo montante de 11.000 libras pelo mercador de Monsaraz) Martim Silvestre, estando já na posição de mutuante D. Guedelha o filho de D. Judas. A posse de Mourão por Martim Silvestre foi efémera, pois que, D. Dinis notificou o, para que lhe vendesse de imediato esta vila pelo mesmo preço que a tinha adquirido (45).

Confirmando a ascensão da supremacia portuguesa sobre as terras a Leste do Guadiana, Fernando IV de Castela hipotecou, em 2 de Julho de 1311, as vilas de Alconchel e Burguilhos e respectivos termos e fortalezas como garantia do empréstimo de três mil e seiscentos marcos de prata que o monarca portuguez lhe emprestara para a expedição contra Algeciras (46). Este acto marcou o termo da disputa pela supremacia do espaço adjacente à margem esquerda do Guadiana entre a zona do Caia e Pulo do Lobo.

## 2. AS REPERCUSSÕES DAS RIVALIDADES ENTRE OS DOIS REINOS

Quando aumentaram as divergências entre os dois reinos ibéricos contíguos, os seus responsáveis investiam sobre as povoações raianas. Estas investidas, traduziam-se geralmente, em pilhagens, cercos e destruições. Revelavam o descontentamento do soberano invasor e o seu desejo de inverter o ritmo dos acontecimentos. Como o espaço a que dedicamos o nosso estudo se situava no espaço fronteiriço sofreu, por diversas vezes, arremetidas do monarca castelhano. Era o tributo da sua situação geográfica e da incorporação no território portuguez.

No reinado de Afonso IV deu-se a primeira incursão de um monarca castelhano sobre o novo espaço que Portugal adquirira havia pouco tempo. O casamento da princesa D. Maria (1328), filha do monarca portuguez,



com Afonso XI gerou o desentendimento entre João Manuel e seu sobrinho, já que este repudiara D. Constanca. Aquele refugiou-se em Aragão e com o apoio do soberano aragones tentou vingar a deposição da sua filha. Aproveitando as desavenças entre Afonso XI e sua esposa D. Maria, tentou aproximar-se de Afonso IV de Portugal. O casamento do Príncipe D. Pedro, futuro D. Pedro I, com a repudiada Constança foi o primeiro passo da acção de João Manuel.

Afonso XI, nada satisfeito com estes esponsórios, proibiu a passagem de Constanca por terras de Castela. Este acto avolumou as tensões entre os dois Estados. Um dos gestos de descontentamento de Afonso IV foi sitiar Badajoz, Xerez de los Caballeros, Burguilhos e Alconchel (47). Como resposta a este gesto, Afonso XI entrou em Portugal em Junho de 1336 e, no regresso, sitiou a vila de Olivença que esteve cercada durante alguns dias. O aparecimento de sezões, devido às condições climáticas, fez com que este soberano levantasse o cerco e se dirigisse para Sevilha (48).

Durante o reinado do Justiceiro (1357-67) não encontramos referencia a qualquer incursão de Castela em solo portugues, o que revela o clima de paz existente entre as duas coroas. Por sua vez, o reinado de Fernando I foi marcado pelos conflitos entre estes dois reinos vizinhos. A paz do primeiro conflito (1369-71) foi oficialmente reconhecida pelo Tratado de Alcoutim (31 de Marco de 1371). Dado a posição geográfica do espaço alentejano a Oriente do Guadiana, duas cláusulas deste contrato tiveram ligações com esta região. A primeira cláusula estabelecia que D. Leonor, filha de Henrique II de Castela, deveria ser recebida entre Tálega, povoação do termo de Olivença, e a povoação castelhana Higuera de Vargas (49). Pela segunda, os Castelos de Olivença e Noudar ficavam reféns até 1 de Maio do referido ano, sendo seu fiel depositário D. Frei Alvaro Goncalvez, Prior do Hospital (50).

D. Fernando não cumpriu o Tratado de Alcoutim, pois que, em 1372, casou com D. Leonor Teles, casada com João Lourenço da Cunha e prima do 1.<sup>o</sup> Conde de Barcelos (D. João Afonso Telo de Meneses). Como facilmente se apercebeu da pouca simpatia que nutria no povo, num gesto de profunda habilidade e ambição políticas, a rainha concedeu diversos privilégios a nobres da sua confiança. Por esta razão, fez casar Enes Dias Botelha, donzela sua parenta e de sua casa, com o nobre Pero Rodrigues da Fonseca a quem doou o castelo de Olivença. Este acontecimento marca o início da ligação da vila de Olivença à causa de D. Leonor Teles (51).



D. João I de Castela que sucedera a seu pai em 1379, com o intuito de solidificar a paz com Portugal, o que, em princípio, evitaria possíveis alianças de Portugal com outros reinos, negociou em 1380 o casamento de seu filho Henrique com a princesa Beatriz, filha de D. Fernando. Enquanto se discutia tal acordo, mais uma vez, Olivença ficou como refém nas mãos de Gonçalo Vasquez (52). No entanto, a política internacional sofrera algumas mutações, pelo que, em 15 de Julho de 1380, Fernando I e Leonor Teles confirmaram a aliança estabelecida com Inglaterra. Por este acordo, a infanta Beatriz deveria casar com o filho do Conde de Cambridge.

Estava encontrada a causa próxima para novas rivalidades entre Portugal e Castela. Nos princípios de 1381 foi declarada a guerra. Algum tempo depois, travaram-se algumas escaramuças no Alentejo, sendo D. João, Mestre de Avis, enviado como fronteiro para as vilas de Olivença, Arronches e Campo Maior, já que estas povoações confrontavam com a cidade de Badajoz, onde o monarca castelhano tinha concentrado algumas tropas (53).

Estas rivalidades caracterizaram-se por entradas ora num, ora noutro reino, em que os objectivos eram mais pilhar cabeças de gado ou fazer alguma razia do que propriamente travar batalha. Objectivo que Fernão Lopes sintetizou do seguinte modo:

"Nos lugares homde pousavom, ao termo delles hiam aa forragem, fazemdo gram dano em paões e vilhos e gaados, e atormentavom os homeens, ataa que lhe deziã homde tijnam os mamtijmentos, e roubavomlhe quamto achavom..." (54).

A morte de D. Fernando, em 22 de Outubro de 1383, reacendeu as rivalidades entre Portugal e Castela. Mais uma vez, tais desentendimentos se fizeram sentir. Mourão e Serpa tomaram voz pelo Mestre, enquanto que Moura, Noudar e Olivença seguiram D. Leonor Teles (55). Após uma primeira fase, que se caracterizou por uma postura de defesa a nível nacional (Cerco de Lisboa, Atoleiros e Aljubarrota), as rivalidades entraram numa fase de cariz marcadamente regional. Assim, em finais de 1385, quando Nuno Alvares Pereira regressou do Porto, as vilas de Moura e Olivença foram sujeitas à soberania portuguesa pelo Condestável (56). Antes destes dois actos apenas se verificou a entrada de Martim Roiz, que a partir de Olivença travou uma refrega com Estacinho d'Evora, sendo morto junto do Redondo (57).



Em finais de 1387, Antão Vasquez deslocou-se de Lisboa a Estremoz com o propósito de auxiliar o Condestável. No entanto, quando chegou a esta localidade, já D. Nuno tinha partido para Valverde. Desejoso de mostrar feitos militares dirigiu-se para Évora; nesta cidade procedeu ao levantamento de alguns homens, seguindo depois para Beja, onde reforçou os efectivos. Com cerca de quatrocentos peões, "quimze homeis darmas e vimte besteiros" e quarenta cavaleiros deslocou-se para Serpa. Aqui, conseguiu aumentar os reforços com alguns regressados de Valverde. O exército partiu em direcção a Aroche que tentou ocupar antes de amanhecer. A população acordou, ripostando de imediato, o que fez o exército português retirar-se com alguns prisioneiros. Daqui dirigiram-se para Cartagena, pequeno povoado de 60 vizinhos, que facilmente assaltaram e saquearam, deliciando-se, sobremaneira, com o trigo e gado que encontraram nela.

Regressaram de seguida a Portugal, vindo a descansar junto à margem direita do Rio Chanca. Na manhã do dia seguinte, quase foram surpreendidos pelos castelhanos que os tentaram atacar. Todavia, a corrente do Rio dificultou o movimento do inimigo. Após este recontro, Antão Vasquez e seus homens regressaram a Serpa com presa grossa, assim descrita por Fernão Lopes:

"quatro mil vaquas e cimquo mill ovelhas e ataa mil porcos, e dez prysoneiros, antre os quonais vinnha Aacemço Martinz d'Arouche, lavrador, que deu por sy de remdição cem mil reais de prata" (58).

Passados poucos dias, foi assinado em Monção (29 Novembro 1387) um Pacto de não Agressão (59). Este Tratado, surtiu pouco efeito, pois que continuaram a verificar-se alguns conflitos locais.

Em 1388, O Condestável, que se encontrava em Estremoz, respondeu a uma entrada castelhana em solo português. Atacou a povoação de Vila Nueva del Fresno, onde tomou muitos gascões e recolheu grossos despojos (ouro, prata, gados, etc.) (60). No ano seguinte, pelo Tratado assinado em 29 Novembro de 1389, o monarca castelhano reconhecia a soberania portuguesa sobre as povoações de Olivença e Noudar (61). D. João I de Castela faleceu em 9 de Outubro 1390 e os tutores do príncipe Henrique III reconheceram a conveniência de manter a paz com Portugal. Assim, renovaram-se as tréguas, por um novo Tratado assinado em 15 de Marco de 1393. Após quase uma década de tréguas, Nuno Alvares sitiou Badajoz em meados de Maio de 1396. Pela primeira vez, Olivenca participou ao lado das tropas do Condestável (62).



O cerco de Badajoz levou a que o Mestre de Santiago, D. Lourenço Soares de Figueiroa, tivesse feito uma incursão sobre solo português com o intuito de roubar, devastar e cativar. Os castelhanos centraram a sua atenção sobre os concelhos de Moura e Serpa que arduamente repeliram o inimigo (63). Nos finais de 1398, alguns portugueses, com especial destaque para o alcaide de Serpa, Goncalo Garcia de Melo, entraram em castela. O objectivo centrava-se na Serra do Revoredo, onde pastariam à volta de cinco mil cabeças de gado (64). Junto da povoação de Cortegana, que se localizava nesta serra travou-se uma pequena escaramuça com saldo favorável aos portugueses (65). Atearam fogo ao arrabalde, tomaram quinhentas cabeças de gado múdo e duas cargas de pão e vinho a troco de não destruírem a povoação. Devido ao forte caudal das ribeiras, parte dos despojos ficaram pelo caminho, já que não conseguiram transportar as ovelhas e cabras de uma margem para outra. Por esta razão, resolveram matar as que não conseguiram transportar, comendo uma pequeníssima parte e deixando as restantes estendidas no solo (66).

Em 1 de Janeiro de 1399, o corpo expedicionário saído de Serpa travou um recontro com os castelhanos que vieram em perseguição dos portugueses para recuperar e vingar as presas feitas por estes (67). Este facto encerrou um longo período de escaramuças iniciado no final do reinado de D. Fernando. Em Fevereiro de 1399, partiu o Condestável e o bispo de Coimbra para Olivença, com a finalidade de iniciarem as negociações de Tréguas com os representantes castelhanos que se encontravam em Barcarrota (68).

As Tréguas foram ajustadas apenas por nove meses, voltando a encetarem-se novas negociações em 1400. Os negociadores conseguiram assinar Tréguas por dez anos, comprometendo-se Castela a entregar Noudar. Mais uma vez, o espaço a Oriente do Guadiana desempenhou um papel de relevo nas negociações, já que, após a assinatura das Tréguas, os reféns (D. Alvaro de Guzmão, Justiça mor de Sevilha; o Marechal Diogo Fernandes, Alcaide mor de Cordova e Gomez Soarez, filho do Mestre de Santiago) seriam entregues ao Condestável junto à Ribeira de Tálega (69). O tratado de Paz de 1411 veio tonificar as energias despendidas durante estas lutas e desenvolver o espírito de acção e desenvolvimento, só possível em tempo de paz (70).

A intervenção de Afonso V na sucessão de Henrique IV de Castela, em finais de 1474, levou a que os dois Estados se viessem a confrontar



novamente. Mais uma vez, uma contenda de cariz inter-estadual reflectiu-se no pequeno espaço da margem esquerda do Guadiana; particularmente, após o encontro de Toro (Março de 1476). As primeiras incursões castelhanas ocorreram, ainda o monarca se encontrava em França à procura de auxílio e simpatia de Luís XI.

Em Janeiro de 1477, O Príncipe D. João dirigiu-se para o Alentejo com o intuito de tomar as medidas mais adequadas à obstrução de tais entradas. Neste mesmo ano, conseguiu recuperar a povoação de Noudar, através do entendimento (suborno) com Martim de Sepúlveda que, entretanto, a tinha conquistado para Castela. Como recompensa, o regente português concedeu-lhe a vila de Buarcos (71). No plano militar, os castelhanos, que tentavam conquistar Evora, não só regressaram para Castela sem terem conseguido, como também sofreram um revés junto a povoação de Mourão. Aqui, os comandados do Mestre de Santiago de Castela foram atacados por D. Diogo de Castro, ficando cativos cerca de cem cavaleiros (72).

No ano seguinte (1478), o alcaide-mor de Moura, Lopo Vaz de Castel-Branco, não contendo um forte ímpeto de castelhanofilia, aclamou os reis de Castela. Após o impulso incontido, "O Torrão" tentou, de imediato, disfarçar a gravidade e significado de tal gesto. Executou novo levantamento, agora aclamando o monarca português (73). O Príncipe D. João decidiu actuar de imediato, enviando de Evora alguns emissários (João e Mem Palha, Diogo e Rui Gil) que se apresentaram em Moura como fugidos a justiça régia. Convidaram o caudilho local para um breve passeio pelo campo para apresentarem os seus planos, vindo, no entanto, a assassiná-10 (74).

O Príncipe D. João, encarregado pelo seu progenitor do "Trauto da Guiné" desde 1474, verificou que, só com um clima de paz, poderia desenvolver o seu projecto expansionista (75). A situação deficitária do erário régio, agravado pelas lutas de 1476-78 e o cansaço da guerra contribuíram para a urgência da assinatura do Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-80). Uma das condições preliminares da assinatura deste Tratado estipulava que o Príncipe D. Afonso, primogénito de D. João de Portugal, a infanta D. Isabel, filha dos reis católicos, e D. Joana deveriam ficar na vila de Moura sob custódia (Terçaria). Estariam nesta povoação sob a guarda e educação da infanta D. Beatriz (76).

D. Joana optou pela vida religiosa, professando em finais de 1480 no mosteiro de Santa Clara de Santarém, tendo feito, mais tarde, no mosteiro



de Santa Clara de Coimbra, Os Infantes Afonso e Isabel apresentaram-se em Moura para cumprir a Terçaria no ano de 1481 (77).

No ano de 1483, D. João II mandou segunda embaixada a Castela para mudar a Tercaria dos infantes para a corte. O monarca alegava as más condições climatéricas da povoação alentejana (78). Certamente que, a escolha desta vila para servir de local de residencia depositária dos infantes, se ficou a dever à sua localização geográfica. Foi mais um caso em que a geografia determinou o desempenho de um papel de relevo de uma povoação raiana nas relações diplomaticas entre os dois Estados Ibericos.

A inexistência de um acidente fisico, facilitador da delimitação da linha fronteiriça entre os termos dos concelhos portugueses e castelhanos motivou a disputa dos espaços intermedios. Dai que surgisse a necessidade de tempos a tempos, reavivar os sinais divisores dos dois reinos (79).

D. João III, quando subiu ao trono em 1521, deparou com a concorrência de duas potencias europeias (Espanha e França) disputando as rotas e dominio nos territorios ultramarinos portugueses (80). Ao soberano espanhol, tal como ao monarca português interessava mais o apoio mutuo do que as rivalidades para, mais facilmente, se oporem às acções de Francisco I. O primeiro sinal de entendimento ocorreu em 1529 (Tratado de Saragoça). Aproveitando o contexto de "desanuviamento", resolveram um velho conflito de natureza regional. Em 1542, foi assinada a Sentença de resolução da *Contenda* existente entre os habitantes de Moura, do lado português, e Aroche e Anzina Sola, do espanhol.

O preâmbulo da Sentença é explícito quanto à necessidade da resolução pacífica deste problema, que se fazia sentir, desde há muito tempo, com consequências nefastas para o bom entendimento entre os dois reinos vizinhos, que passamos a citar:

"... E avendo nos respeito e consideração a esta defferença antre a dita cidade de Sivilha e as ditas villas ser muito antiga e como ha muito longo tempo que dura ante ellas sem se poder acabar nem determinar ate gora avendo sobre iso muitas mortes d'omens ferimentos tomadias e roubos de parte a parte nos tempos pasados os quaes agora ao presente hão em muito grande crecimento com grande desserviço de Deus e contra a tenção irmindade e amor dos ditos principes nosos senhores e por evitar as ditas mortes ferimentos tomadias e roubos e outros muitos malles e escandallos mayores que verisimillemente e evidente estavam aparelhados e podião recrecer e por paaz e asosego destes povos asentamos anbos concordemente de detriminar jullgar e acabar este negocio..." (81).



Como consequência deste acordo, o monarca português perdoou, em 1543, os crimes efectuados pelos moradores de Moura, Aroche e Anzina Sola (82). A origem deste conflito remontaria ao momento em que Aroche foi cedida por Afonso IV a Castela (1305), já que entre esta povoação e Moura havia um espaço de utilização comum (83).

Podemos dizer que estas rivalidades vividas no séc. XVI, seriam ainda vestígios da difícil demarcação dos termos das áreas de influencia sevilhana (castelhana) e de Évora e Beja (portuguesa).

A morte do Cardeal D. Henrique, em 31 de Janeiro de 1580, sem nomear sucessor, possibilitou a Filipe II colher os frutos da política de União Ibérica iniciada por D. Alfonso V.

Após a morte de D. Sebastião, o monarca espanhol enviou Cristovão de Moura apresentar condolências a D. Henrique. Este nobre iniciou, de imediato, uma campanha em defesa da legitimidade de Filipe II, através das defesas do princípio da designação real. Este monarca iniciou a sua acção "junto do clero e da nobreza por intermédio de Cristovão de Moura, hábil corruptor das vontades palacianas e que procurou amedrontar o fraco ânimo do cardeal-rei..." (84).

A actuação de Cristovão de Moura jamais parou, ganhando novo impulso com o mandato de desterro de D. António, Prior do Crato, para fora da corte em Março de 1579, pelo Cardeal-Rei. Durante a reunião das cortes de 1579, em Lisboa, o "peão de Filipe II" conseguiu ampliar a sua acção corruptora, fazendo com que a vontade de muitos membros do clero e nobreza aumentassem o grupo dos adeptos da União Ibérica (85).

Na hipótese de ataque a Portugal, a via preferida pelo exército seria a fronteira de Badajoz-Elvas (86). Daí que, as atenções castelhanas se viram para a Extremadura e Andaluzia. Por carta de 9 de Agosto de 1579, o monarca espanhol pretendeu conhecer a situação das diversas localidades da raia castelhana quanto ao abastecimento de alimentos (pão e cevada) (87). A hipótese de invadir Portugal está implícita na carta, do mesmo dia, mes e ano, que o soberano castelhano escreveu ao Duque de Medina Sidónia, pedindo-lhe informações sobre a situação militar das diversas povoações dos dois lados da fronteira (88).

Com o objectivo de que as povoações da Andaluzia estivessem bem abastecidas de alimentos, Filipe II proibiu, por carta de 28 de Agosto de 1579, que os principais alimentos fossem vendidos fora daquela região ou de Castela (89). Os preparativos militares continuaram e, em 2 de



Setembro do mesmo ano, foi ordenado um inquérito com a finalidade de conhecer a gente útil para a guerra, existente nos domínios do Duque de Medina Sidónia (90).

Após se efectuar o levantamento da realidade espanhola junto à raia, a acção corruptora concentrou-se nas principais povoações fronteiriças portuguesas mais próximas dos locais por onde deveria entrar o exército castelhano. Por carta de 23 de Setembro de 1579, Filipe II referiu o suborno que estava a ser intentado sobre os procuradores de Moura e Serpa às cortes de 1580, que tinham como finalidade jurar o sucessor de D. Henrique (91). Estas povoações eram consideradas duas peças importantes na estratégia de ocupação do solo lusitano, já que, em 29 de Dezembro de 1579, Filipe II pediu informações sobre a aderência de Moura e Serpa à sua causa. Caso estas povoações continuassem hesitantes no apoio à causa filipina, o monarca, com um estilo frontal e directo, recomendava a utilização de qualquer meio, desde que fosse eficaz, como se verifica no seguinte extracto:

"... y asy creo que seria de provecho que los mesmos gobernadores lo enviasen y escribiesen à Beja, y Serpa y Mora si todavia perseverasen en su dureza, pues es de creer que les ternán el respecto que deben; y quando así no lo hicieren, queda abierta la puerta para proceder contra ellos como mas conenga." (92).

Em 20 de Junho de 1580, D. Alonso de Portocarrero, senhor de Cheles, Valença de Bomboy e Villa Nueva del Fresno, recomendou que de imediato se fosse tomar Mourão com 300 Infantes (93). É possível que este pequeno grupo de efectivos militares fosse apenas para atemorizar algum elemento mais renitente à causa filipina.

A acção corruptora frutificou com tal prosperidade que, em 6 de Dezembro de 1579, D. João da Silva escreveu ao monarca espanhol enaltecendo as qualidades de Hermano Bezerra na prossecução da empresa corruptora dos principais caudilhos locais (94). Rebelo da Silva sintetizou, assim, a situação em 1580:

"A invasão estribava ainda as esperanças em outro apoio, talvez mais seguro do que a incapacidade dos que se propunham combater-la, e do que o desalento e a absoluta falta de recursos com que lutavam.

Os agentes hespanhoes tinham minado com promessas as terras fortificadas e as villas mais opulentas, cuja pacifica entrega desejavam alcançar." (95).



Efectivamente, em quase todos os concelhos, grande parte dos titulares de cargos administrativos aderiram à causa filipina (96), recebendo depois a respectiva recompensa, cuja lista passamos a apresentar:

- Moura

Nome	Cargo	Fonte
Rui Teles de Meneses	Alcaide-mor	Chanc. Filipe I LQ 4, fl. ISS-Sv Chanc. Filipe II, LQ 28, fls. 127 V-31
Manuel Jusarte	Tabelião do Judicial	Chanc. Filipe 1, LQ 3, fl. 159
Francisco Luís	Tabelião do Judicial	Chanc. Filipe II, LQ 10, fl. 237 e LQ32, fl. 197-98
Afonso Tourega	Escrivão da Almotaçaria	Chanc. Filipe II, LQ 7, fl. 319 e LQ36, fl. 166V-167 V

- Mourão

Nome	Cargo	Fonte
Francisco de Mendonça	Alcaide-mor	Chanc. Filipe 1, LQ 24, fl. 188

- Olivença

Nome	Cargo	Fonte
NunodeMorim	Juizdaalfândega	Chanc. Filipe 1, LQ 11, fl. 213-13V " Filipe II, LQ 31, fl. 270V-71
Fernão Gome de Cabreira	-----	Chanc. Filipe I, LQ 11, fl. 200V-201
Francisco Sanchez	-----	Chanc. Filipe II, LQ 29, fl. 307V-08
João Restrolho	Meirinho	Chanc. Filipe I, LQ 23, fl. 165V-66V B.A., 44-XIV-3, fl. 177



- Serpa

Nome	Cargo	Fonte
João Correia	Tabelião do Judicial	Chanc. Filipe I, LQ 16, fl. 300-01 B.A., 44-XIV-3, fl. 231
Gaspar Coelho	Escrivão dos Orfãos	Chanc. Filipe II, LQ 8, fl. 193-94
Pero Marques	Alcaide das Sacas	Chanc. Filipe III, LQ 3, fl. 251
António Gomes Valente	Inquiridor e Contador	Chanc. Filipe 111, LQ 25, fl. 288-89 Chanc. D. João IV, LQ 18, fl. 354

Rebello da Silva escreveu, em plena concordância com este quadro, que "o suborno e a corrupção afiançavam-lhes a entrega quasi em todas ellas incruenta, das terras principaes; e as forças confiadas a D. Diogo de Menezes no Alemtejo, como fronteiro, no estado a que as reduzia o desalento e a falta de todos os socorros não deviam inspirar-lhes maior cuidado" (97). Perante tal situação, Elvas e Olivença verificaram que não tinham hipóteses de resistência, pelo que se entregaram em 18 de Junho de 1580 (98). O monarca reconheceu a importância da actuação dos Alcaides-mores de Mourão e Moura em defesa da causa filipina (99), já que Francisco de Mendonça se tinha prontificado a entregar a vila de Mourão e a conseguir que Alandroal e Ferreira se entregassem (100). Mourão rendeu-se em 29 de Junho (101) e Moura em 23 de Julho do mesmo ano (102).

Por sua vez, Serpa continuou a resistir. Tal obstinação provocou alguma indignação nas hostes filipinas que julgavam a sua rendição como passo importante para a subjugação de Beja (103). Embora alguns moradores tivessem apoiado Filipe II, houve outros que tomaram o partido do Prior do Crato, merecendo "honras" de exclusão do perdão concedido pelo Prudente em 18 de Abril de 1581 (104). Todavia, Serpa não demorou muito tempo a reconhecer a soberania filipina. Estava iniciada a caminhada vitoriosa do exército do Duque de Alba em direcção a Lisboa.



## NOTAS

- (1) Angelo Ribeiro, "*Jornadas de além-Tejo*", *História de Portugal*, Barcelos, vol. II, 1929, pp. 83-84. Évora foi conquistada por Geraldo Sem Pavor ao serviço do monarca português.
- (2) Frei António Brandão, *Crónica D. Afonso Henriques*, Livraria Civilização-Editora, Porto, 1945; p. 229. Introdução de A. Magalhães Basto.
- (3) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Lisboa, vol. I, 1981, pp. 612-614, Introdução e Notas de José Matoso.
- (4) Frei António Brandão, *op. cit.*, pp. 232-233. A forma da entrada dos cristãos na praça de Moura, descrita por Frei António Brandão, deve ser entendida apenas como uma hipótese.
- (5) *La Villa de Olivenza (1229-1801)*, Edição do Excmo. Ayuntamiento de la Villa de Olivenza, 1984, p. 21.
- (6) Angelo Ribeiro, *art. cit.*, p. 98.
- (7) Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 128.
- (8) João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1986, p. 26.
- (9) Angelo Ribeiro, "*Elvas, Mértola, Tavira*", *História de Portugal*, Barcelos, vol. II, p. 223, coloca a hipótese de Moura ter sido conquistada, caso a versão do *Nobiliário de D. Pedro* seja verdadeira, onde se atribui a sua ocupação aos cavaleiros portugueses "os Rodrigues".
- (10) Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, Typografia Casa Pia, Évora, vol. I, 1885, p. 14.
- (11) Conde de Ficalho, *Notas históricas acerca de Serpa e o elemento árabe na linguagem dos pastores alentejanos*, Lisboa, 1979, p. 127.
- (12) Ainda no reinado de D. Dinis, "a subordinação ao mestre ou geral com assento em Castela constituía um perigo. O assunto revestiu-se da gravidade quanto à ordem de Sant'Iago (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, pp. 254-255).
- (13) José Anastácio de Figueiredo, *Nova história da militar Ordem de Malta e dos senhores Grão-Priores della em portugal*, Officina Thaddeo Ferreira, Lisboa, vol. II, 1800, pp. 2-3.
- (14) Sobre a área de influência de Évora, veja-se, Jorge Gaspar, *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972, pp. 61-89.
- (15) José Anastácio de Figueiredo, *op. cit.*, vol. II, p. 62. O itálico é da nossa autoria.
- (16) Frei António Brandão, *Crónica de D. Sancho II*, cap. XXVIII, pp. 102-103.
- (17) Esta é a leitura possível da seguinte passagem da *Chronica da Conquista do Algarve*: "ho mestre dom payo correa ouve ganhadas estas villas e lugares no Algarve que eram da conquista de El Rey de Castella". Para mais pormenores veja-se, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 138.
- (18) Angelo Ribeiro, "*Ultimas Conquistas e Definição Territorial*", *História de Portugal*, Barcelos, vol. II, p. 258.
- (19) Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, vol. I, p. 138.
- (20) João Carlos Garcia, *op. cit.* pp. 64-65.
- (21) A. N. T. T., *Chancelaria de Afonso III*, L.º I, fl. 86.
- (22) José Mattoso, *Identificação de un País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Composição, editorial Estampa, Lisboa, vol. II, 1986, p. 158.



(23) Angelo Ribeiro, *art. cit.*, p. 265.

(24) Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal Séculos XII-XV*, 1.ª edição, Lisboa, vol. III, 1885, p. 443, cit. por João Caros Garcia, *O Baixo Guadiana Medieval. Formação de uma Fronteira*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, Relatório N.º 4, 1983, p. 8.

(25) A. N. T. T., *Gavetas*, XIV, 1-9; Pub. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, pp. 579-587.

(26) Visconde de Santarém, *Corpo Diplomático Portuguez*, J. Aillaud, Paris, vol. I, 1846, pp. 40-41.

(27) A. N. T. T., *Gavetas*, XIV, 5-20; Pub. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, p. 731. Passamos a transcrever: "... por fazer bien e merece a todolos que som vezinhos e moradores em Serpa em seio termyno y a los que quixerem daqui adelante dellos que sea su termyno por la vena de Chança assy como parte termyno Serpa com Nespereira (?) y dende adelante por la vena de Chança como entra em Guadiana y dende adelante como (...) agoa di aarryba assy como parte termyno Serpa com Mora e esto les fago les fazer bien y merced".

(28) Idem, *ibidem*; Pub., idem, *ibidem*, vol. III, pp. 579-587.

(29) Idem, *ibidem*; Pub., idem, *ibidem*, vol. IV, p. 518.

(30) Idem, *ibidem*, II, 1-14; Pub., idem, *ibidem*, vol. II, p.3.

(...por fazer bien e merced a Don Johan Fernandes de Limia e por servicio que nos fizo e faze otorgamosle e confirmamosle les heredamientos que el compro de Alfonso Garcia de Sotomayor que el heredo de Gomez Garcia abbat que fue de Valladolid so hermanano a qui nos lo ovienos dados por nuestras cartas plomadas e los heredamientos son estos que aqui seran dichos: varzena d'Ardilla con todos sus heredamientos e con todos sus terminos e las aceñas del Puerto de Moron e la aceña de Bovada e Çafra que es en termino de Mora con sus heredamientos e con sus terminos e el heredamiento que fue de Maria Dona la confreyra que es em Mora.)

(31) Idem, *ibidem* XX, 14-1; Pub., idem, *ibidem*, Vol. XI, p. 168.

(32) Visconde de Santarém, *Corpo Diplomático Portuguez*, vol. I, pp. 46-47. Ainda, A. N. T. T., *Mosteiro de Santa Maria de Aguiar*, Maço 1, doc. n.º 1, Carta (1295, Set., 2-Guarda) do infante D. Henrique, tio e tutor do rei de Castela sobre a entrega das vilas de Moura, Serpa e dos lugares de Aroche e Aracena.

(33) Idem, *ibidem*, pp. 48-49.

(34) A. N. T. T., *Gavetas*, XII, 6-10; Pub., *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, pp. 495-496.

(35) Visconde de Santarém, *ibidem*, pp. 52-60.

(36) Idem, *ibidem*, pp. 61-62.

(37) As Cartas de Foral outorgadas por D. Dinis, encontram-se: no A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*; Moura, em 9 Dezembro de 1295 - L.º 2, fl. 116v; Mourão, em 27 Janeiro de 1296 - L.º 2, fls. 119-119v; Serpa, em 9 Dezembro de 1295 - L.º 2, fl. 117; Olivença, em 9 Janeiro de 1298 - L.º 4, fl. 6v e Noudar, em 16 Dezembro de 1295 - L.º 2 fl. 117.

(38) Frei António Brandão, *Crónica de D. Dinis*, cap. XXXII, pp. 322-323.

(39) Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 253.

(40) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*, L.º III, fl. 61 v. Para maior desenvolvimento de estudo dos Coutos de Homiziados, veja-se, Humberto Baquero Moreno, "*Elementos para o Estudo dos Coutos de Homiziados instituidos pela Coroa*", *Portugaliae Historica*, 2, (Lisboa, 1974), pp. 13-63.

(41) A transcrição do texto da lápide que pode ser lido em Jerónimo de Alcantara Guerreiro, *Mourão nos séculos XIII a XVIII* p. 14 é o seguinte:



"ERA DE MIL CCC<sup>o</sup> OITENTA E I ANOS/ D<sup>o</sup> PRIMO DIA DE MARCO DON AFOSO O QUAR/TO REI DE PORTUGAL MANDOU COMECAR E/FAZER ESTE CASTELO DMOURÓ E O MEEEST<sup>o</sup>/QUE O FAZIA AVIA NOME JÓA AF<sup>o</sup>O QUAL REY FO/I FILHO DO MUI NOBRE REY DON DENIS E/DA RAINHA DONA ISABEL AOS QUAEES/DEUS PDOE O QUAL R SHA CASAO CO/RAYNHA DONA BEATRIX E AVIA POR FILHO/ERDEY/RO O INFANTE/DOM P/EDRO."

(42) José Pires Gonçalves, "Breve Nota sobre a compra de Mourão, em 1317, por Martim Silvestre, de Monsaraz", Palavra, Mensário de Reguengos de Monsaraz, n.ºs 148-150, (Set-Dez.), 1979.

(43) Idem, *ibidem*. Veja, a transcrição do documento existente no ANTT, Gavetas, XI, 3-2, em o nosso trabalho, *Nótulas de Estudo sobre o Concelho de Mourão*, Mourão, 1982, pp. 54-59.

(44) Jerónimo de Alcantara Guerreiro, *op. cit.*, pp. 19-20.

(45) João Ramalho Cosme, *op. cit.*, pp. 54-59.

(46) Visconde de Santarém, *op. cit.*, vol. I, pp. 99-105.

(47) Rui de Pina, *Chronica de El Rey Dom Afonso o Quarto*, edições "Bíblion", Lisboa, 1936, cap. XXXVII, p. 101.

(48) Idem, *ibidem*, pp. 101-102. Veja-se, ainda, Ângelo Ribeiro, "Lutas de Família", *História de Portugal*, Barcelos, vol. II, pp. 307-308.

(49) Fernão Lopes, *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei destes Reinos*, Livraria Civilização, Porto, 1966, cap. LIII, pp. 139-140. Introdução de Salvador Dias Arnaut.

(50) Idem, *ibidem*, p. 142.

(51) Idem, *ibidem*, cap. LXV, p. 172. Veja-se, ainda, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 290.

(52) Idem, *ibidem*, cap. XVII, pp. 313-315.

(53) Idem, *ibidem*, cap. CXVI, pp. 329-330.

(54) Idem, *ibidem*, cap. CXXXII, p. 369.

(55) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Porto, vol. II, 1949, respectivamente, pp. 213-95, 96 e 154.

(56) *Cronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra*, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1969, fls. LVIII v - LIX v.

(57) Fernão Lopes, *op. cit.*, vol. II, p. 213.

(58) Idem, *ibidem*, cap. XIV, p. 158.

(59) Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 312.

(60) Fernão Lopes, *op. cit.*, cap. CXXXII, pp. 290-291 e Carlos Barreto e Hilario Lopez, "Notas Historicas sobre Villanueva del Fresno", *Hoy*, Diario Regional, Badajoz, Ano LI, 19 Agosto, 1983, p. 22.

(61) Fernão Lopes, *op. cit.*, pp. 305-306 e Damião Peres, "A Crise da Nacionalidade", *História de Portugal*, Barcelos, vol. II, p. 388.

(62) Idem, *ibidem*, cap. CLVII, pp. 342-345.

(63) Idem, *ibidem*, cap. CLIX, pp. 347-349.

(64) Idem, *ibidem*, cap. CLXXIV, pp. 383-385.

(65) Idem, *ibidem*, p. 384.

(66) Idem, *ibidem*, p. 385.

(67) Idem, *ibidem*, cap. CLXXV, pp. 385-388.



(68) Idem, *ibidem*, cap. CLXXVII, pp. 391-393.

(69) Idem, *ibidem*, cap. CLXXXVI, pp. 409-410.

(70) Opinião expressa por Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, 1915, cap. VI, a pp. 19-20 escreve: "... todollos velhos e aquelles queaviam dereito juizo eram muito alegres ouvindo a certidam daqueste feito (...). Ora daqui avante poderemos aproveitar nossos bees..."

(71) Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II*, I.N. - C.M., Lisboa, 1973, cap. XVI, p. 19. Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão.

(72) Idem, *ibidem*, pp. 17-19.

(73) Rui de Pina, *Chronica d'El-Rei D. Afonso V*, Biblioteca de clássicos Portugueses, Lisboa, 1901, vol. III, cap. CCIV, pp. 127-128; Ainda, Garcia de Resende, *op. cit.*, cap. XX, p. 24.

(74) Idem, *ibidem*, p. 128; ainda, idem, *ibidem*, p. 24.

(75) Sobre o projecto expansionista do Príncipe Perfeito, vejam-se, entre outros, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. II, pp. 176-179; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática portuguesa Constantes e Linhas de Força, Estudo de Geopolítica*, Instituto de Defesa Nacional, pp. 65-69, e, A. Teixeira da Mota, "A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II", *Boletim de Sociedade de Geografia de Lisboa* (Lisboa, 1985), 297-322.

(76) Rui de Pina, *op. cit.*, cap. CCVI, pp. 130-135; Garcia de Resende, *op. cit.*, cap. XXI, pp. 25-26.

(77) Idem, *ibidem*, cap. CCIX, pp. 143-145, idem, *ibidem*, p. 26.

(78) Garcia de Resende, *op. cit.*, cap. XLI-XLII, pp. 53-56.

(79) São vários e diversos os exemplos de demarcações entre os termos entre diversos concelhos dos dois lados da fronteira:

— Em 13 de Fevereiro de 1353, 21 de Julho de 1406 e 2 de Julho de 1466 foram feitos atos de demarcação entre Olivença da parte portuguesa e Badajoz, Barcarrota, Higuera de Vargas e Alconchel do reino de Castela. Cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 310 e *Gavetas*, XV, 24-13, Pub.: *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, p. 687.

— Em 31 de Janeiro de 1398, 3 de Abril de 1298, 8 de Fevereiro de 1455 e 20 de Janeiro de 1488 foram feitas inquirições sobre os termos das vilas de Mourão, do lado português, e Valença parte castelhana. Cf. ANTT, *Gavetas*, XIV, 5-1 e XVIII, 5-29, Pub.: *ibidem*, respectivamente, vol. III, pp. 618-630 e vol. VIII, pp. 559-561.

— Em 16 de Março de 1493, idênticas formalidades entre Barrancos e Valença del Bomboi. Cf. ANTT, *Gavetas*, XIV, 5-2, Pub.: *ibidem*, vol. III, pp. 630-678.

— Também os termos de Moura foram objeto de inquirições por diversas vezes. Nos anos 1342, 1349, 1350, 1391, 1493, 1510, 1521 e 1537, Moura, do lado português, e Aroche do lado espanhol procederam à redelimitação dos respectivos termos. Por todos, veja-se, Sebastião Lopes Calheiros Meneses, *Notícia sobre a Contenda de Moura*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889, pp. 21-24.

Apenas não encontramos qualquer disputa, sobre o termo de Serpa, o que é perfeitamente perceptível, já que é o rio Chança que serve de linha divisória deste concelho em relação a Espanha.

(80) Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linha de Força, Estudos de Geopolítica*, Instituto de Defesa Nacional, 1987, pp. 84-110.

(81) A. N. T. T., *Gavetas*, XVIII, 6-4; Pub., *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, p. 587.

(82) A.N.T.T., *Gavetas*, XVII, 8-1; Pub., *ibidem*, vol. VII, p. 496-498.



(83) Por todos veja-se, Sebastião Lopes Calheiros Meneses, *Notícia sobre a Contenda de Moura*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889.

(84) Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, p. 82.

(85) *Idem, ibidem*, p. 83.

(86) Segundo o General Don Juliam Suarez Inclan, *Guerra de Anexion en Portugal*, Imprenta y Litografia del Deposito de la Guerra, Madrid, T.I., 1897, pp. 160-220. Atendendo aos factores geo-militares havia as seguintes linhas de ataque a Portugal, por terra: a) Partida de N. W., apoio no curso do rio Minho, caminho de Tuy ao Porto e daqui a Lisboa. Esta linha tinha como inconveniente as más ligações da Galiza com o resto de Espanha e a travessia do Douro e Mondego. b) De Alcanizes em direcção a Miranda do Douro. Também aqui as dificuldades de ligação desta cidade com Lisboa eram difíceis atendendo às condições físicas do território. c) Partida de Madrid em direcção a Cáceres e Badajoz e daqui através do Alentejo em direcção a Lisboa era o caminho que menos dificuldades apresentavam à marcha do exército espanhol e ao respectivo apoio.

Esta última hipótese era a mais favorável ao plano espanhol e foi a que se verificou em 1580.

(87) *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, T. XXVII, 1855, pp. 215-216.

(88) *Ibidem*, pp. 217-218.

(89) *Ibidem*, p. 218.

(90) *Ibidem*, p. 220.

(91) *Ibidem*, pp. 221-223.

(92) *Ibidem*, Madrid, T. XXV, 1859, p. 48. Itálico da nossa autoria.

(93) *Ibidem*, p. 36.

(94) Mário Brandão, "Alguns Documentos Relativos a 1580", *Sep. do Boletim da Biblioteca*, 16 (Coimbra 1943) 29.

(95) Luiz Augusto Rebello da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862, vol. II, p. 214. Prefácio de Jorge Borges de Macedo.

(96) Novamente se aplica uma frase de Rebello da Silva, *op. cit.*, vol. I, p. 348.

"As praças estavam minadas pelas dadas aos alcaides e aos principaes senhores das terras; o governo tinha o seio devorado pela lepra da corrupção..."

(97) *Idem, ibidem*, vol. II, p. 250.

(98) Joaquim Veríssimo Serrão, *O Reinado de D. António Prior do Crato (1580-1582)*, Coimbra, 1956, p. 12.

(99) "...avendo eu Respeito aos serviços que Ruj Teles de menezes que Deus perdoe alcaide mor da vila de Moura me fez na materia da subcessão do Reyno..." ANTT, *Chanc, Filipe I*, L.º 4, fl. 155.

"...avendo eu Respeito aos serviços que francisco de mendonça fidalgo de minha casa e Alcaide mor da villa de Mourão me fez na materia da Sucessão deste Reyno..." ANTT, *Chanc. Filipe I*, L.º 24, fl. 188.

(100) Rebello da Silva, *op. cit.*, vol. II, p. 225.

(101) *Colección de Documentos Inéditos*, Madrid, T. XL, 1862, pp. 342-343.

(102) *Ibidem*, Madrid, T. XXXV, 1859, pp. 47-49.

(103) *Ibidem*, p. 48.

(104) Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 374. Foi o caso de João Bocarro, natural de Serpa. Desde já, informamos que optámos por manter a seriação dos monarcas Habsburgo de acordo com a história de Espanha. Pelo que, substituímos a tradicional sequência de Filipe I, II e III, por Filipe II, Filipe III e Filipe IV.